

Eternit



Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.092.037/0001-81 – Companhia Aberta

Demonstrações Financeiras de 2020

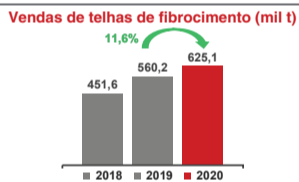
Relatório da Administração de 2020

Prezados Acionistas, A Administração da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial ("Eternit" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Eternit, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS.

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração – Estimados acionistas, A Eternit apresenta-lhes o resultado do ano 2020, quando o mundo se deparou com a Pandemia da COVID-19, que já ceifou mais de 2.5 milhões de vidas, colocou o mundo em *lockdown* e desafiou autoridades públicas e lideranças empresariais a atuar de forma emergencial para que a grave crise que se instalou pudesse ser superada. Conosco não foi diferente. Em conjunto com a Diretoria, atuamos de forma ágil, buscamos a manutenção dos empregos de todos os colaboradores, valendo-nos das formas de apoio concedidas em caráter emergencial pelo Poder Executivo. A primeira preocupação da Administração foi com o bem-estar e a segurança dos nossos colaboradores. Paralisamos ou reduzimos as atividades nas unidades produtivas e implantamos o trabalho remoto no escritório da Matriz. Fomos retomando gradualmente as atividades assim que atestávamos ser seguro para as equipes. Dentre outras medidas emergenciais, foi aplicada uma redução temporária de salário de 25% para todos os colaboradores não envolvidos diretamente na operação industrial, incluindo os membros da Administração. Em paralelo, tomamos providências para injetar capital na Companhia, o que foi aprovado na reunião do Conselho de Administração de 28/04/20, mesmo dia em que realizamos nossa Assembleia Geral Ordinária. O movimento foi estratégico e resultou na captação de R\$ 46,6 milhões, 99,7% do valor da emissão. Nossos acionistas mais uma vez acreditaram na capacidade de resiliência da Eternit e nos apoiamos diretamente no ativo processo de *turn around* iniciado em abril de 2017. Ao tempo em que também apoiamos comunidades do entorno das nossas operações, vislumbramos potencial de forte recuperação no segmento da construção civil, especialmente das pequenas reformas, o que acabou gerando uma grande oportunidade para a Companhia que, capitalizada, pôde aproveitar o bom momento e atingir no segundo semestre recordes mensais de produção de telhas de fibrocimento. A Companhia mantém sua estrutura administrativa enxuta, com uma diretoria composta por 3 membros e, com a proposta de reforma estatutária aprovada na AGE de 2020, o Conselho de Administração foi reduzido de 7 para 5 membros, mantendo sua atuação de forma estratégica através dos comitês de assessoramento ao Conselho. Esse apoio foi fundamental para que a Diretoria pudesse transmitir a necessária segurança aos colaboradores para manter as operações e atender às exigências de um ano especialmente desafiador, particularmente para a Companhia, ainda em processo de recuperação judicial. Nosso projeto das **telhas fotovoltaicas**, Tégula Solar de concreto e Eternit Solar de fibrocimento, evoluiu de maneira muito satisfatória, com projetos-piloto já instalados e interesse de parcerias com empresas de porte nacional que desejam ser mais sustentáveis. Uma vez lançada no mercado, ampliaremos nossos negócios focados no *core business*, consolidando uma Companhia preparada para a retomada de um ciclo virtuoso de crescimento. A Eternit pôde contar com o apoio e a união dos seus colaboradores, administradores, fornecedores, clientes e dos seus acionistas. A Companhia se prepara agora para concluir o processo de recuperação judicial, podendo assim voltar a remunerar os acionistas através da destinação de parte dos seus lucros, cumprindo um dos pilares da sua função social. Em nome do Conselho de Administração da Eternit, quero agradecer a confiança em nós depositada.

Grande abraço
Marcelo Gasparino da Silva
Presidente do Conselho de Administração.

2. Mensagem da Administração – O ano de 2020 foi marcado pelos impactos da pandemia da COVID-19 e seus efeitos na atividade econômica global. Diante deste cenário, a Companhia implementou ações que privilegiaram o fortalecimento de sua posição de caixa e liquidez, assim como a preservação dos postos de trabalho. Os meses de março e abril foram críticos, com recuo generalizado nas vendas, culminando com a paralisação em abril das atividades da controlada CSC, com atuação no mercado de louças sanitárias, cujos resultados negativos persistentes se agravaram com a pandemia. Mesmo com toda adversidade e incertezas no ambiente macroeconômico, o setor da construção civil foi favorecido pela queda da taxa básica de juros, pelo auxílio emergencial do Governo Federal e pela manutenção das lojas de materiais de construção abertas durante o período de isolamento social em grande parte dos municípios brasileiros. O bom momento do mercado registrado a partir de junho pode ser capturado pela Companhia em decorrência da recuperação da performance operacional das fábricas de telhas de fibrocimento, a partir de 2019, após a consolidação da mudança tecnológica com a completa substituição do crisolita por fibras sintéticas de polipropileno, produzidas na unidade de Manaus. O ano também foi caracterizado pela conclusão do processo de reestruturação da Companhia, que concentrou seu portfólio no segmento de coberturas, em especial telhas de fibrocimento, com produção integrada de fibra de polipropileno. Em consequência desse novo desenho, foram alienadas as unidades de louças sanitárias e rotomoldagem, além de ativos não operacionais. Em abril, foi realizada a captação de R\$ 46,6 milhões através de aumento de capital, mediante emissão de ações para subscrição privada, visando a realização de projetos considerados estratégicos para a Companhia: (i) implantação de unidade de demonstração para produção de telhas fotovoltaicas, na Tégula em Atibaia, para comprovação de sua tecnologia pioneira; e (ii) programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, contemplando a produção de telhas, moldados, sistemas construtivos e fibras de polipropileno, com foco no ganho de eficiência, qualidade de produto, aumento de capacidade e redução de custos. Com relação ao desenvolvimento de telhas fotovoltaicas, a Companhia obteve o registro do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) para a telha de concreto BIG-F10 e, no mês de dezembro, foram instalados os primeiros projetos-piloto com o produto visando a comprovação de desempenho e durabilidade em aplicações reais. Com o advento da lei do Estado de Goiás nº 20.514, que autoriza para fins exclusivos de exportação a extração e o beneficiamento de amianto da variedade crisolita, a mineradora SAMA retornou parcialmente com suas atividades ao longo do ano, culminando com a retomada da atividade de remoção de estéril para liberação de minério em novembro. No âmbito da Recuperação Judicial, a Companhia vem cumprindo com os compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ). Nesse sentido, foram alienados parte dos ativos listados no PRJ, com destaque para venda da UPI Louças Sanitárias, contendo os ativos da controlada CSC, pelo valor de R\$ 102 milhões, sendo o recurso obtido destinado ao pagamento dos credores concursais da Classe III. Como resultado das diversas ações empreendidas, a Companhia alcançou no exercício de 2020 um lucro líquido de R\$ 158,7 milhões, revertendo um quadro de prejuízos anuais vigente a partir de 2016. **3. Desempenho Operacional e Financeiro: Volume de Vendas – ETERNIT – Fibrocimento – Telhas:** Apesar da queda nos meses de março e abril decorrente do início da pandemia, o volume de vendas de telhas de fibrocimento cresceu 11,6% em 2020, fruto da forte demanda de materiais de construção no segundo semestre.



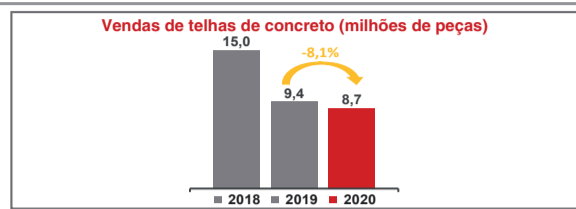
Sistemas construtivos: As vendas de placas e painéis cimentícios foram impactadas pela pandemia, que afetou de forma mais aguda o mercado de construções comerciais, apresentando uma queda de 4,1% em comparação a 2019.



SAMA – Crisolita: A operação da mineradora SAMA, paralisada em fevereiro de 2019, foi retomada ao longo de 2020, amparada na vigência da Lei do Estado de Goiás nº 20.514. No ano, foram exportadas 75 mil toneladas de fibra crisolita, destino da totalidade da produção.



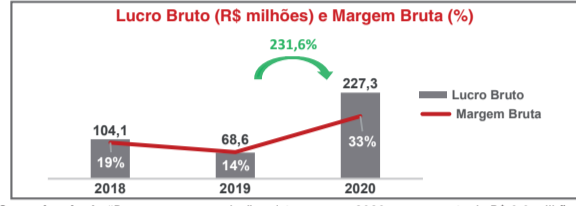
TÉGULA – Telhas de Concreto: O volume vendido de telhas de concreto foi 8,1% inferior às vendas do ano anterior, reflexo do baixo desempenho deste segmento notadamente no primeiro semestre do ano.



Receita Líquida: A receita líquida totalizou R\$ 683,4 milhões em 2020, crescimento de 40% frente a 2019, reflexo das vendas de telhas de fibrocimento (11,6%) e das exportações de crisolita.



Lucro Bruto: Em 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 227,3 milhões, um crescimento de 232%, e a margem bruta no período foi de 33%, 19 p.p. acima da registrada em 2019.



Despesas Operacionais: As "Despesas com vendas" registraram, em 2020, um aumento de R\$ 9,8 milhões frente 2019, decorrentes do crescimento das vendas (comissões: R\$ 3 milhões) e da retomada das exportações da SAMA (despesas de vendas variáveis: R\$ 7 milhões). As "Despesas gerais e administrativas" apresentaram um crescimento de R\$ 13,1 milhões no ano em relação a 2019, consequência, principalmente, de despesas decorrentes da reestruturação de portfólio da Companhia: (i) combinação de negócio da CSC (R\$ 3,1 milhões); (ii) comissão de intermediação na alienação da CSC (R\$ 4,3 milhões); e (iii) gastos com desmobilização da Precon visando alienação do terreno (R\$ 2,6 milhões). Em 2020, a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" contabilizou os efeitos não recorrentes da reversão de provisão de impairment do fibrocimento (R\$ 68,4 milhões) e da receita referente ao crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS (R\$ 52,5 milhões).

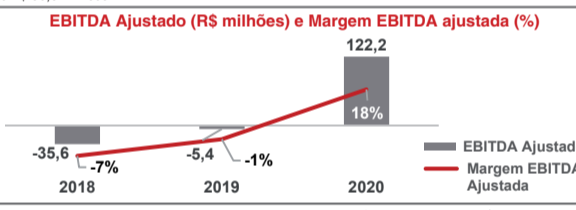
Em R\$ mil	2018	2019	2020	Varição 20/19 %
Despesas com vendas	(71.903)	(50.698)	(60.499)	19,3
Despesas gerais e administrativas*	(84.128)	(69.174)	(82.320)	19,0
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**	(13.296)	77.937	104.089	33,6
Total das despesas operacionais	(169.327)	(41.935)	(38.730)	(7,6)

* Contempla a rubrica de Remuneração da Administração.
** Neste quadro está contemplando a rubricas "Perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para reestruturação"

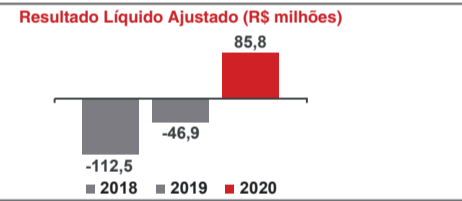
Resultado Financeiro: No acumulado do ano, o resultado financeiro líquido registrou uma receita de R\$ 5,0 milhões, frente à receita de R\$ 7,0 milhões no ano de 2019. As "Despesas Financeiras" apresentaram uma redução de 38% em relação ao ano anterior, cerca de R\$ 4,0 milhões, consequência da queda dos juros da dívida concursual, indexada ao CDI, e dos juros de financiamento de capital de giro, culminando com a não captação de recursos no 4T20. No ano, foi contabilizado na rubrica "Outras" a receita referente à correção monetária do crédito tributário sobre a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, no montante de R\$ 24 milhões. Por outro lado, foram registradas as despesas referentes ao parcelamento de imposto de renda e juros sobre dilatação de prazo de fornecedores em função da pandemia, no total de R\$ 10 milhões.

Em R\$ mil	2018	2019	2020	Varição 20/19 %
Receitas financeiras	459	26	528	1.972,2
Aplicação Financeira	459	26	528	1.972,2
Despesas Financeiras	(5.676)	(10.501)	(6.513)	(38,0)
Juros da Dívida Concursal	–	(5.731)	(4.431)	(22,7)
Juros de Financiamento	(5.676)	(4.770)	(2.082)	(56,4)
Outras	(24.203)	18.245	11.825	(35,2)
Líquido de variações cambiais	1.986	(731)	(804)	10,0
Resultado financeiro líquido	(27.434)	7.038	5.037	(28,4)

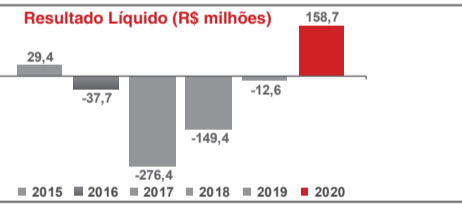
EBITDA: O EBITDA Ajustado, excluídos itens não recorrentes, totalizou R\$ 122,2 milhões em 2020, frente ao resultado negativo de R\$ 5,4 milhões em 2019, fruto do bom desempenho operacional do fibrocimento e da retomada das exportações na Sama. O EBITDA totalizou R\$ 209,1 milhões no ano, fruto da contabilização dos vários eventos não recorrentes no montante de R\$ 86,8 milhões.



Lucro (Prejuízo) Líquido: Em 2020, a Companhia registrou um Lucro Líquido Ajustado de R\$ 85,8 milhões, excluídos os eventos não recorrentes e líquido de IR/CSLL, frente ao prejuízo de R\$ 46,9 milhões de 2019, reflexo do bom desempenho operacional do fibrocimento e da retomada das exportações na Sama.



O Lucro Líquido totalizou R\$ 158,7 milhões no ano, contemplando eventos não recorrentes, revertendo um quadro de prejuízo vigente desde o ano de 2016.



Endividamento bancário: A Eternit encerrou o ano com uma dívida bancária bruta de R\$ 66,4 milhões, 100% em moeda nacional, contemplando a parcela da dívida concursal das Classes II e III junto às instituições bancárias. Merece destaque a quitação ao longo do último trimestre da dívida bancária de curto prazo relacionada a operações de *trading finance* (desconto de duplicatas, ACE etc.). A disponibilidade de caixa no encerramento do exercício alcançou R\$ 81,2 milhões, fruto da geração operacional de caixa e do aumento de capital realizado em junho para investimento nos projetos estratégicos (telhas fotovoltaicas e modernização de fibrocimento). Como consequência, a Companhia encerrou 2020 com um caixa líquido de 14,8 milhões, revertendo a posição de dívida líquida de R\$ 104,2 milhões no encerramento de 2019.

Endividamento – R\$ mil	2018	2019	2020	Varição 20/19 %
Dívida bruta – curto prazo	98.824	49.812	–	-100,0%
Dívida bruta – longo prazo	32.101	63.762	66.388	4,1%
Total da dívida bruta	130.925	113.574	66.388	-41,5%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	9.181	9.358	81.175	767,4%
Caixa e aplicações financeiras	9.181	9.358	81.175	767,4%
Dívida líquida	121.744	104.216	(14.787)	–

Dívida concursal: A dívida concursal é constituída de créditos trabalhistas (Classe I), crédito bancário com garantia real (Classe II), créditos quirográficos (Classe III), contemplando créditos bancários e fornecedores, e créditos com microempresas e empresas de pequeno porte (Classe IV), sendo contabilizada em diversas linhas do Balanço Patrimonial. No cumprimento do PRJ, foram realizados pagamentos no montante de R\$ 52,3 milhões, sendo R\$ 40,4 milhões na forma de dação de imóveis, e foram aplicados os descontos previstos (*hair cut*), no montante de R\$ 58,3 milhões e de US\$ 763 mil, de acordo com a opção exercida pelos credores da Classe III. Sendo assim, a dívida concursal em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 141 milhões e US\$ 1,4 (R\$ 5,20: 1 USD) milhão, equivalentes a cerca de R\$ 148,3 milhões.

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Descontos Obtidos	Juros/Encargos da dívida	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Pagamentos realizados	Dação	Saldo Final
Classe I – Credores Trabalhistas – R\$ mil	6.466	–	–	862	(6.647)	–	681
Classe II – Credores com Garantia Real – R\$ mil	36.225	–	4.045	–	–	–	40.270
Classe III – Credores Quirográficos							
Opção A – R\$ mil	107.672	(17.314)	2.812	(1.327)	(1.830)	(40.400)	49.613
Opção A – US\$ mil	953	–	1	(487)	–	–	467
Opção B – R\$ mil	87.208	(40.964)	2.970	6	(3)	–	49.217
Opção B – US\$ mil	1.696	(763)	4	–	–	–	937
Classe IV – Credores Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – R\$ mil	4.612	–	38	–	(3.446)	–	1.204
Total em R\$ mil	242.183	(58.278)	9.865	(459)	(11.926)	(40.400)	140.985
Total em US\$ mil	2.649	(763)	5	(487)	–	–	1.404

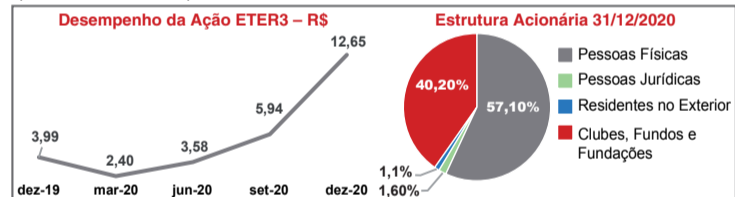
CAPEX: O CAPEX da Eternit em 2020 totalizou R\$ 11,4 milhões, com recursos destinados ao programa de modernização do parque industrial de fibrocimento, ao projeto de telhas fotovoltaicas e a investimentos em continuidade operacional. **Acompanhamento dos Projetos:** A Companhia, em 2020, realizou um aumento de capital no montante de R\$ 46,6 milhões, mediante emissão de ações para subscrição privada, cujos recursos serão destinados aos projetos de investimento da telha fotovoltaica e do programa de modernização das unidades de fibrocimento, incluindo a fábrica de Manaus. **Acompanhamento de Desembolso dos Projetos – 2020**

R\$ mil	Investimento Total	Realizado
Projeto de Telhas Fotovoltaicas	5.800	4.664
Programa de Modernização do Fibrocimento	40.770	1.161
Total	46.570	5.825

(i) Telha Fotovoltaica – A Eternit vem cumprindo as etapas do projeto de comprovação da tecnologia. Em 2020, implantou a unidade de demonstração em Atibaia e, ao final do ano, realizou a instalação dos primeiros projetos-piloto das telhas fotovoltaicas de concreto BIG-F10, visando a verificação de desempenho e durabilidade do produto em aplicações reais. O início da comercialização do produto está previsto para o segundo semestre de 2021. (ii) Fibrocimento – A Companhia deu prosseguimento ao programa de modernização das unidades de fibrocimento, através dos seguintes projetos de ampliação: • A unidade de Goiânia terá sua capacidade elevada para 25 mil toneladas/mês, representando um aumento de 25% na produção atual, com previsão de conclusão no início de 2022. • A unidade do Rio de Janeiro terá sua capacidade elevada para 15 mil toneladas/mês, representando um aumento de 15% na produção atual, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2021. **Recuperação Judicial:** A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Eternit e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos, com modernidade, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios. Conforme estabelecido no PRJ, serão alienados ativos para antecipação de pagamento dos credores (eventos de liquidez), conforme apresentado no quadro abaixo.

Classes	Opção	Ativos para Alienação	Valor Mínimo (R\$ milhões)	Dívida Concursal* (R\$ milhões)
Classe III	A	(i) Imóvel Aparecida de Goiânia	97,4	52,0
		(ii) Terreno Goiânia	66,8	–
Classe III	B	(iii) Ativos da CSC	54,2	54,1
Total			151,6	106,1

Em 18/11, a UPI Louças Sanitárias (CSC) foi alienada pelo valor de R\$ 102 milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo, que serão destinados ao pagamento dos credores concursais da Classe III na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial da Companhia. Convém ressaltar que o PRJ prevê o mecanismo de "waterfall" entre as opções A e B da Classe III, ou seja, caso o resultado líquido dos eventos de liquidez de determinada opção venha a exceder o montante dos seus créditos, esse excedente será destinado ao pagamento dos créditos da outra opção. Em 24/11, foram concluídos, de forma antecipada, os pagamentos referentes à totalidade dos credores concursais aptos da Classe IV, totalizando cerca de R\$ 3,4 milhões. **4. Mercado de Capitais e Estrutura Acionária** – A Eternit possui registro em bolsa desde 1948 e, a partir de 2006, tem suas ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de governança corporativa da B3, sob o código ETER3. Em 30/12/2020, a ação da Eternit estava cotada em R\$ 12,65/ação, apresentando uma valorização de 217% em relação a 30/12/2019. Com capital pulverizado, sem acordo de acionistas ou grupo controlador, a base acionária da Companhia ao final do exercício contemplava mais de 24.000 acionistas, apresentando uma alta participação de pessoas físicas. No encerramento do exercício, apenas três acionistas detinham mais de 5% de participação, totalizando aproximadamente 43% do capital social.



5. Capital Humano – Ao final do ano de 2020, a Companhia contava com 1.393 colaboradores diretos, incluindo estagiários e aprendizes, praticamente o mesmo head count de 2019. Importante destacar que, mesmo com um cenário adverso devido à pandemia da COVID-19, a Companhia estruturou um plano emergencial para suas operações, visando a preservação dos postos de trabalho e a segurança e saúde dos colaboradores, sustentado nas Medidas Provisórias publicadas em decorrência da crise sanitária. A Companhia mantém sua plena atividade, operando normalmente suas unidades industriais, com retorno presencial dos colaboradores das áreas de venda e manutenção dos colaboradores integrantes de grupos de risco em trabalho remoto ("*home office*"). **6. Eventos Subsequentes – Homologação da arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC):** Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 28/01/2021, foi homologada a arrematação da UPI Louças Sanitárias (CSC) pelo valor de R\$ 102 milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo. **7. Auditores Independentes** – A BDO RCS Auditores Independentes do Brasil ("BDO") foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras de 31/12/2020, assim como das informações trimestrais de 30/09/2020 e 30/06/2020. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") foi responsável pelas informações trimestrais de 31/03/2020. Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 381/03 e à Política de Contratação de Serviços Extra Auditoria dos Auditores Independentes da Eternit, a Companhia informa que durante o exercício de 2020 não foram contratados outros serviços dos seus auditores independentes à auditoria externa das suas demonstrações financeiras. **8. Declaração da Diretoria** – Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às mesmas. **9. Informações Adicionais** – Para informações adicionais sobre a Companhia acesse o site de Relações com Investidores www.eternit.com.br/ri. **Agradecimentos** – Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Ativos Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.145	3.871	81.175	9.358
Contas a receber	4	51.872	42.374	89.938	56.738
Estoque	5	52.136	77.049	73.470	104.921
Tributos a recuperar	6	53.212	2.328	88.986	23.496
Partes relacionadas	9	68.920	3.136	–	–
Adiantamento a fornecedores		2.494	7.822	30.266	21.680
Outros ativos circulantes		5.284	2.640	12.907	7.950
Ativos mantidos para a venda	10	238.063	139.220	376.742	224.143
Total do ativo circulante		238.859	140.016	486.081	232.558
Não circulante					
Depósitos judiciais		8.848	10.412	12.202	19.362
Tributos a recuperar	6	25.086	25.128	34.694	40.834
Partes relacionadas	9	3.447	26.093	–	–
Outros ativos não circulantes		814	794	2.270	2.250
Investimentos	8	192.425	139.481	–	–
Ativo de direito uso	13	–	–	9.149	11.210
Imobilizado	11	110.951	44.861	199.730	238.789
Intangível	12	1.107	136	1.142	584
Total do ativo não circulante		342.678	246.905	259.187	313.029
Total dos ativos		581.537	386.921	745.268	545.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivos e patrimônio líquido Circulante					
Fornecedores	14	31.434	34.951	60.536	59.719
Empréstimos e financiamentos	15	–	37.689	–	49.812
Partes relacionadas	9	71.753	85.951	–	–
Obrigações com pessoal	16	15.746	11.773	19.981	15.650
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	21.235	11.716	31.029	19.559
Provisão para benefício pós-emprego	18	2.582	2.622	7.211	7.118
Obrigações de arrendamento	13	–	–	4.106	2.095
Outros passivos circulantes	19	36.909	22.139	98.382	74.623
Total do passivo circulante		179.659	206.841	221.245	228.576
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	9.327	9.327	66.388	63.762
Partes relacionadas	9	44.178	49.089	–	–
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	15.938	17.712	42.356	48.774
Obrigações com pessoal	16	7.230	7.664	9.006	9.974
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas					

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	678.974	554.486	860.368	638.536
Outras receitas		172	3.297	5.840	44.157
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	25	188	(703)	(512)	(851)
		679.334	557.080	865.696	681.842
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos e mercadorias vendidos e dos serviços prestados		(255.493)	(260.091)	(288.757)	(305.214)
		(124.321)	(117.982)	(161.546)	(116.699)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros					
Perda esperada por não recuperabilidade de ativos e provisões para prejuízo		71.636	(30.867)	70.332	(25.767)
		(1.465)	(2.954)	(1.581)	(3.171)
Outros descontos, abatimentos e doações		(309.643)	(411.894)	(404.552)	(450.851)
Valor adicionado bruto		369.691	145.186	461.144	230.991
Depreciação, amortização e exaustão	25	(8.520)	(5.808)	(19.277)	(18.514)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		361.171	139.378	444.867	212.477
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	8	19.923	16.718	-	(10.766)
Resultados financeiros		24.170	15.115	43.850	42.053
Outras		393	922	2.428	28.657
		44.486	32.755	46.278	81.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social		179.807	12.821	193.651	44.439
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	(19.923)	(16.718)	-	(10.766)
Depreciação e amortização	25	8.520	5.808	19.277	18.514
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		(684)	-	(2.774)	3.208
Perda de depósitos judiciais		-	(117)	-	(97)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	4	(188)	609	512	941
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	(1.199)	(2.558)	(3.078)	(2.294)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	26	(71.636)	(21.586)	(71.629)	(2.959)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	20	3.399	(4.882)	3.316	(27.898)
Provisão para benefícios pós-emprego	18	3.980	3.651	9.983	17.131
Provisão para desmobilização da mina	21	-	-	308	(6.111)
Provisão para reestruturação		-	498	-	498
Provisão para garantia		-	(266)	-	(339)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial	2.539	10.683	3.679	13.944	
Rendimento de aplicações financeiras		-	(6)	-	(13)
Dação de imóveis		-	(16.282)	-	(40.400)
Deságio dívida – recuperação judicial		-	(12.880)	-	(23.216)
Ganho com o cancelamento de investimento		-	(3.297)	-	(3.297)
Amortização do direito de uso	13	-	-	1.161	1.296
		104.615	(44.521)	154.396	(17.410)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(7.442)	3.531	(31.889)	76.578
Partes relacionadas a receber		(67.397)	5.741	-	18.709
Estoque	5	26.112	(7.062)	34.529	3.201
Tributos a recuperar		(50.844)	1.179	(59.583)	9.084
Depósitos judiciais		(197)	(6.237)	(592)	(3.442)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS 31/12/2020 (Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1 Contexto Operacional

A Eternit S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia” ou “Eternit”) é uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis brasileiras. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) no segmento Novo Mercado sob o ticker ETER3. A Companhia e suas controladas (denominadas “Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações. A sede da Companhia está localizada na Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85 – 8º andar, na cidade de São Paulo-SP, Brasil. As informações contábeis consolidadas do Grupo abrangem informações da Eternit S.A. e as de suas controladas em 31/12/2020, sendo:

Controladas	Participação	Controle	Localização Sede	Atividade principal
Sama S.A. Minerações	100%	Direto	Minas/GO	Mineração, exploração e beneficiamento do mineral crisólita.
Tegula Soluções para Telhados Ltda	100%	Direto	Altaíba/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Precon Goiás Industrial Ltda. (a)	100%	Direto	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prei Empreendimentos e Participações Ltda	100%	Direto	São Paulo/SP	Participação empresas industriais e comerciais.
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda	100%	Direto	Manaus/AM	Industrialização e comercialização de fibras sintéticas de polipropileno para materiais de construção.
Atena Consultoria e Participações Ltda	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo.
Cordoba Consultoria e Participações Ltda	100%	Indireto	São Paulo/SP	Gestão de patrimônio e administração de investimentos do grupo.
Engedris Distribuição Ltda	100%	Indireto	Minas/GO	Não possui atividade econômica.
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. “CSC” (b)	100%	Direto	Caucaia/CE	Industrialização, importação, exportação, comercialização, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Tegula Solar Fabricação e Comercialização de Materiais de Construção Ltda	100%	Indireto	Altaíba/SP	Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios.

a) Operação paralisada desde 31/05/2019. b) Operação está paralisada desde 22/04/2020. Os principais produtos industrializados e ou comercializados pelo Grupo, assim como os dados correlacionados à informação por segmento estão descritos na nota explicativa nº 28. 1.1. **Recuperação Judicial:** A Companhia ajuizou, em conjunto com suas controladas, pedido de recuperação judicial em 19/03/2018, perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 5º e seguintes da Lei nº 11.101/05. O pedido foi aprovado pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/04/2018 e deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 16/04/2018 e, cuja decisão foi publicada em 03/05/2018. A Companhia apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) em 25/04/2019, o qual foi aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 29/04/2019. O referido plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo em 30/05/2019, tendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11/06/2019, data em que se inicia os prazos para cumprimento do respectivo plano. Para superação da crise econômico-financeira do Grupo, utiliza-se os seguintes meios para recuperação judicial: (i) Assessoria empresarial e ajustes operacionais; (ii) Concessão de prazos e condições especiais para pagamento dos Credores Concursados; (iii) Alienação de Ativos; (iv) Dação de Ativos; (v) Novação; (vi) Aumento de Capital da Controladora; (vii) Abaixo de Debêntures pela Controladora; e (viii) Eventual outorga de Financiamentos em condições especiais. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 31/12/2020. Foram realizados pagamentos no montante de R\$52.326, 258 e R\$40.400 na forma de dação de imóveis da controlada Prei Empreendimentos e Participações Ltda. Da acordo com a opção exercida pelos credores, foram aplicados os descontos previstos no Programa de Recuperação Judicial no montante de R\$58.278 e de US\$763.

Classes	Saldo Aprovado no Plano RJ	Descontos obtidos	Juros/Encargos	Novos Créditos Habilitados (Desabilitados)	Pagamentos Realizados	Dação	Saldo Final
Classes I – Credores							
Trabalhistas	6.466	-	-	862	(6.647)	-	681
Classes II – Credores com Garantia Real	36.225	-	4.045	-	-	-	40.270
Classes III – Credores Quirografários:							
Opção A – RS	107.672	(17.314)	2.812	(1.327)	(1.830)	(40.400)	49.613
Opção A – USS	953	-	-	(467)	-	-	467
Opção B – RS	87.208	(40.964)	2.970	6	(3)	-	49.217
Opção B – USS	1.696	(763)	4	-	-	-	937
Classes 4 – Credores Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte	4.612	-	38	-	(3.446)	-	1.204
Total – RS	242.183	(58.278)	9.865	(459)	(11.926)	(40.400)	140.985
Total – MOEDA	2.649	(763)	5	(487)	-	-	1.404

O total em moeda estrangeira de US\$1.404 de credores quirografários da Classe III, corresponde em 31/12/2020, R\$7.296, convertido a taxa de R\$ 5,20. A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos foram devidos em três formas: a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano. b) Demais valores até o limite de R\$250,00 sendo integralmente até o prazo de 12 meses. c) Saldo excedente a R\$250,00 sendo quitado com novas ações emitidas pela Companhia, ou no caso de exercício de opção de preferência pelos acionistas, com o recurso ao aumento de capital. Após a homologação do plano, alguns credores trabalhistas interpretaram a opção de instrumento em razão da forma de pagamento prevista aos credores trabalhistas (pagamento linear até o montante de R\$250,00 e o saldo remanescente, após o pagamento linear, por meio de emissão de ações decorrente de aumento de capital da Eternit S.A.). Em função da decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Grupo optou por embargos de declaração a fim de questionar tal decisão, já que esse entendimento é contrário ao entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Enunciado XIII do próprio TJSP. Os embargos foram julgados e rejeitados pelo TJSP, levando a Companhia a ingressar com recurso especial no STJ. Paralelamente, foi autorizado pelo juízo o pagamento dos credores trabalhistas com os recursos obtidos no aumento de capital destinado ao pagamento da Classe I, então depositados em juízo. A Classe II contempla apenas um credor com garantia real, cujo o pagamento terá carência de 12 meses a contar da data de homologação do plano e incidência juros de 8,24% a.a., com bônus de adimplência de 15% sobre a taxa para pagamentos realizados até a data de vencimento. Os pagamentos serão realizados em 120 parcelas mensais. A Classe 3 é composta pelos credores quirografários que recebem o pagamento inicial de R\$3 limitado ao valor do crédito, em até 180 dias a contar da data de homologação. O pagamento do saldo restante considera duas opções de recebimento a critério do credor: a) Opção A: Limitada a R\$50.000 por credor, com a possibilidade de recebimento por meio de dação de imóvel em processo competitivo, com consequente quitação do seu crédito, integral ou parcial, incorrendo em deságio de 30% sobre o montante ofertado (imóvel utilizado em dação). Os saldos remanescentes após a dação terão seus créditos quitados através da Tranche A e Parcela A. A Tranche A, correspondendo a 15% do saldo, será remunerada com taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela A, representando 85% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos imobiliários elencados no Plano (Quadro 5-A). b) Opção B: Com a aplicação de 45% de deságio sobre os créditos quirografários, e limitado, adiante, o deságio, a R\$50.000, sendo pagos através da Tranche B e Parcela B. A Parcela B, correspondendo a 15% do saldo, será remunerada a taxa de 1% a.a. e correção monetária de 100% do CDI. O pagamento será efetuado em 28 parcelas trimestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 21 meses a contar da data de homologação. A Parcela B correspondendo a 73% do saldo, será corrigida por 100% do CDI, sendo paga em parcela única no 102º mês a contar da data homologação, podendo ter a amortização antecipada com recursos líquidos oriundos da alienação de ativos imobilizados elencados no plano (Quadro 5-B). Os valores de cada credor quirografário que superarem o limite de R\$50, conforme descrito nas Opções A e B, serão pagos por meio de debêntures emitidas pela Controladora, com carência de 102 meses e vencimento “bullet” em 120 meses após o término da carência, sendo o saldo corrigido pela Taxa Referencial (“TR”). Após o exercício da opção pelos credores, não houve credor individual com créditos superiores a R\$50. A Classe IV é composta por microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento linear no montante de até R\$2 por credor, em parcela única e limitada ao seu crédito, vencendo em até 180 dias a contar da data de homologação. O saldo remanescente limitado ao montante de R\$250 será pago em até 18 meses a contar da data de homologação, com a correção de 100% do CDI. A integral do Plano de Recuperação Judicial aprovado, e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de Relações com Investidores da Companhia. 1.2. **Contingência operacional:** A recuperação judicial faz parte da reestruturação da Companhia e de suas controladas e tem por objetivo a preparação de uma base sólida para os próximos anos através da modernização de suas unidades fabris, inovação e foco na rentabilidade de seus negócios, além do efeito de proteção contra as ações e possíveis execuções que possam recair sobre o Grupo. Assim, o Grupo mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade dos negócios nos segmentos em que atua. A **questão jurídica do mineral crisólita no Brasil:** A atividade de exploração e utilização do mineral crisólita é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está previsto na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A referida Lei foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.068 proposta pela ANAMETRA E ANTP perante o Supremo Tribunal Federal (STF) julgada em 24/08/2017, tendo sido declarados 5 votos pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e 4 votos pela improcedência e consequente constitucionalidade da Lei Federal. De acordo com o artigo 9º da Constituição Federal, a inconstitucionalidade da Lei prescreve voto de no menos 6 de ministros ou que não ocorra. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional. Posteriormente foram julgados pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso do minério crisólita neste Estado. Neste julgamento, foram declarados por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Adicionalmente, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional. Em função da publicação desta decisão, o Grupo suspendeu no início de dezembro de 2017, as atividades de suas controladas SAMMA (mineradora) e Precon (fabricante de telhas de fibrocimento). As demais unidades de produção de telhas de fibrocimento seguiram operando normalmente apenas com a fibra sintética produzida na unidade industrial de Manaus. Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 – (CNTI) solicitou a extinção da petição à relatora das ADIs a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que problem a matéria em si. Em face da decisão acima, o Grupo retomou as atividades das controladas Sama e Precon até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10/01/2019, o Grupo deixou de utilizar o mineral crisólita como matéria prima na fabricação de telhas de fibrocimento. A produção de telhas se dá exclusivamente com a utilização de fibras sintéticas de polipropileno produzida na unidade industrial de Manaus. Nesse contexto, a controlada Sama interrompeu a comercialização de fibras de crisólita no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo. O Grupo comunicou ao mercado em 11/02/2019, através de Fato Relevante, que tomou conhecimento da publicação dos acórdãos referente à decisão do STF quanto ao uso do amianto, e assim, imediatamente paralisou em caráter temporário as atividades de mineração. O Fato Relevante divulgado ao mercado em 31/05/2019, o Grupo se viu obrigado a hibernar os ativos da sua controlada Sama. A decisão de hibernar os ativos da controlada Sama se deu pela não

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Valor adicionado total a distribuir					
Pessoal:		405.657	172.133	491.145	293.953
Remuneração direta		50.089	50.804	75.217	78.647
Benefícios		24.421	18.510	37.695	41.385
FGTS		4.118	4.484	5.263	7.267
		78.628	73.798	118.175	127.299
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		66.804	68.808	86.648	112.457
Estaduais		81.552	15.849	76.121	16.799
Municipais		2.117	2.551	3.047	4.626
		150.473	87.206	165.816	133.882
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		10.846	17.396	38.813	37.086
Aluguéis		6.959	6.378	9.590	8.333
		17.805	23.774	48.403	45.419
Remuneração de capitais próprios:					
Prejuízos acumulados	22.c	158.751	(12.647)	158.769	(12.626)
Participação dos não controladores nos (prejuízos acumulados) lucros retidos		-	-	(18)	(21)
		158.751	(12.647)	158.751	(12.647)
		405.657	172.133	491.145	293.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Outros ativos		2.867	(2.667)	(11.276)	(377)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(3.517)	7.859	1.106	11.456
Partes relacionadas a pagar		(20.974)	44.685	-	(16.051)
Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.150	(6.435)	3.569	(13.976)
Obrigações com pessoal	16	3.539	(746)	3.363	(10.960)
Benefício pós-emprego		(2.622)	(2.640)	(7.204)	(5.943)
Gastos com reestruturação		-	(805)	-	(849)
Gastos com desmobilização da mina		-	-	-	(8.112)
Pagamento de contingências		(528)	-	(572)	-
Outros passivos		14.336	(6.619)	23.825	(24.555)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		5.398	(11.137)	109.672	17.407
Juros pagos		(827)	(2.203)	(502)	(7.418)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.294)	-	(20.739)	(2.853)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(3.223)	(13.340)	88.431	7.166
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Combinação negócios CSC		-	-	-	1.537
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(5.130)	(5.192)	(11.444)	(9.038)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.130)	(5.192)	(11.444)	(7.501)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	29.452	161.067	48.556	688.311
Amortização de empréstimos e financiamentos	15	(67.395)	(149.795)	(99.162)	(690.017)
Dividendos		-	(23)	-	(23)
Aumento do Capital Social		46.570	4.716	46.570	4.716
Operações com arrendamento		-	-	(1.134)	(2.443)
Caixa líquido gerado/aplicado nas pelas atividades de financiamento		8.627	15.965	(5.170)	542
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		274	(2.567)	71.817	177
Caixa e equivalentes de caixa		3	3.871	6.438	9.358
No início do exercício	3	4.145			

mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **2.7.5 Provisão para benefício pós-emprego:** O valor atual da provisão para benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, modalidade de plano e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 18. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	560	3.334	1.261	6.133
Aplicações financeiras (*)	3.585	537	79.914	3.225
	<u>4.145</u>	<u>3.871</u>	<u>81.175</u>	<u>9.358</u>

(*) As aplicações financeiras, em 31/12/2020 são aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras com carência de 30 a 60 dias em CDB (Certificado De Depósito Bancário). As aplicações com liquidez imediata estão remuneradas pela taxa de 0,09% a.a. (0,24% a.a. em 31/12/2019), já as aplicações em CDB estão remuneradas pela taxa de 10,25,26% do CDI.

4 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	56.358	48.683	63.421	58.104
Mercado externo(*)	–	–	35.940	9.200
	<u>56.358</u>	<u>48.683</u>	<u>99.361</u>	<u>67.304</u>

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (4.486) (6.309) (9.423) (10.566)

(*) No final de 2019, iniciou-se a retomada das exportações da mineradora Sama. O aumento de contas a receber no mercado externo se deve às respectivas exportações de crisólita, amparada pela lei do estado de Goiás nº 20.514, de julho/19 e regulamentada pelo decreto nº 9.518 de setembro/2019. Composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:				
Até 1 ano	50.505	41.731	78.205	54.969
Valores vencidos:				
Até 90 dias	825	1.632	11.419	2.918
Entre 91 e 180 dias	82	416	272	560
Entre 181 e 360 dias	385	198	561	650
Acima de 360 dias	4.561	4.706	8.904	8.207
	<u>56.358</u>	<u>48.683</u>	<u>99.361</u>	<u>67.304</u>

Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (4.486) (6.309) (9.423) (10.566)

Movimentação das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(6.309)	(5.700)	(10.566)	(9.797)
Adições	(9.579)	(2.021)	(11.996)	(9.064)
Reversões	9.767	1.412	11.484	8.123
Baixa definitiva	1.635	–	1.655	552
Combinação de negócio CSC	–	–	–	(380)
Saldo final	<u>(4.486)</u>	<u>(6.309)</u>	<u>(9.423)</u>	<u>(10.566)</u>

Em 31/12/2020 não houve movimentações atreladas a operações financeiras. Em 31/12/2019, R\$37.792 (controladora) e R\$43.884 (consolidado) das contas a receber estava atrelado a operações financeiras, sendo R\$7.707 (controladora) e R\$13.798 (consolidado) relativos a operação de duplicatas descontadas junto ao Banco Daycoval S.A. e Creditis e R\$30.085 (controladora) para composição da garantia mínima atrelada a operação de crédito bancário junto ao Banco Sofisa S.A.

5 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	21.062	32.490	29.654	46.344
Produtos semiacabados	15.519	25.141	18.849	30.872
Mercadorias para revenda	1.696	3.496	8.236	6.253
Matérias-primas	10.307	14.275	12.723	15.740
Matérias auxiliares	10.305	9.599	23.727	28.509
(-) Perda por redução ao valor realizável líquido	(6.753)	(7.952)	(19.719)	(22.797)
	<u>52.138</u>	<u>77.049</u>	<u>73.470</u>	<u>104.921</u>

A movimentação da perda por redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(7.952)	(10.510)	(22.797)	(19.251)
Adição	(2.373)	(3.558)	(45.378)	(23.030)
Combinação de negócios – CSC	–	–	–	(5.840)
Reversão	3.572	6.116	48.456	25.324
Saldo final	<u>(6.753)</u>	<u>(7.952)</u>	<u>(19.719)</u>	<u>(22.797)</u>

6 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	863	1.400	15.381	15.570
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (i)	16.337	16.201	17.937	17.613
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (ii)	9.337	9.257	13.061	12.434
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	15	14	1.200	1.475
Programa de integração social – PIS	9.082	–	12.585	3.027
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	41.831	–	51.633	9.547
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	–	149	2.769	2.733
Outros (ii)	833	435	9.114	1.931
	<u>78.298</u>	<u>27.456</u>	<u>123.680</u>	<u>64.330</u>
Circulante	53.212	2.328	88.986	23.496
Não circulante	25.086	25.128	34.694	40.834

	Controladora		Consolidado		Partic. %	Realiz. dos estoques	Resultado nos patrim. estoques	Resultado do lucro nos estoques	Saldo de invest. em estoques	Mais investimentos	Total em investimento
	2020	2019	2020	2019							
31.12.2020 Controladas											
Sama S.A. – Mineradoras Associadas	167.807	109.693	58.114	43.046	100,0%	–	43.046	–	–	–	58.114
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	50.518	18.427	32.090	(7.325)	99,70%	–	(7.303)	–	31.995	–	31.995
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.285	16.405	31.880	(3.363)	99,99%	–	(3.363)	–	31.878	–	31.878
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	119.929	111.769	8.160	(27.256)	73,90%	–	(20.140)	–	6.030	3.297	–
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	144.525	82.747	61.778	13.168	99,99%	667	13.833	(661)	61.111	–	61.111
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.807	28.057	(3.249)	(6.151)	99,99%	–	(6.150)	–	–	3.249	–
Total	<u>555.871</u>	<u>367.098</u>	<u>198.773</u>	<u>12.119</u>		<u>667</u>	<u>19.923</u>	<u>(661)</u>	<u>185.879</u>	<u>3.297</u>	<u>3.249</u>

Investimentos nas controladas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 7, a Companhia adquiriu controle da CSC em 11/06/2019 e, a partir dessa data, passou a consolidar a empresa adquirida.

	Controladora		Consolidado		Partic. %	Realiz. dos estoques	Resultado nos patrim. estoques	Resultado do lucro nos estoques	Saldo de invest. em estoques	Mais investimentos	Total em investimento
	2020	2019	2020	2019							
31.12.2019 Controladas											
Sama S.A. – Mineradoras Associadas	118.116	108.789	9.327	(6.616)	99,99%	892	(6.025)	–	9.327	–	9.327
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	94.054	82.234	11.818	6.024	99,70%	–	6.006	–	11.783	–	11.783
Precon Goiás Industrial Ltda.	48.156	12.913	35.243	(4,05)	99,99%	–	(1,55)	–	35.241	–	35.241
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. (*)	146.852	192.739	(45.887)	21,01	60,00%	–	2.521	–	57.187	29.655	3.297
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	127.526	78.917	48.610	21.742	99,99%	(1.428)	20.312	(1.327)	–	47.277	–
Tégula Soluções Para Telhados Ltda.	24.091	21.190	2.901	(5.942)	99,99%	–	(5.941)	–	–	2.901	–
Total	<u>558.795</u>	<u>496.782</u>	<u>62.012</u>	<u>18.954</u>		<u>(536)</u>	<u>16.718</u>	<u>(1.327)</u>	<u>57.187</u>	<u>136.184</u>	<u>3.297</u>

(*) Por conta do pedido de recuperação judicial da Eternit, determinados empréstimos da sua controlada – CSC tiveram seu vencimento antecipado e consequentemente as garantias vinculadas a estes contratos foram executadas. Assim, a Eternit passou a deter direitos com a CSC, no montante de R\$57.187 decorrentes de: i) Execução de garantias bancárias, de parte da dívida, no valor de R\$44.551. ii) Notas promissórias no valor de R\$12.636, decorrente de confissão de dívida pelo pagamento adicional realizado pela Companhia Colombiana de Cerâmica SAS referente a execução de garantias bancárias, em contra partida passou a deter o mútuo correspondente com a CSC.

9 Partes relacionadas – Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora		2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Atena Consultoria e Participações Ltda.	–	(20.568)	–	(20.568)
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	59.961	(49)	–	(17.537)
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	2.797	(32.707)	496	(30.473)
Precon Goiás Industrial Ltda.	26	(24.006)	30	(22.657)
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	1.692	(17.620)	112	(17.616)
Sama S.A.	–	(20.902)	–	(26.065)
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A	499	(50)	22.860	(102)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	7.392	(29)	5.716	(22)
Total controladas	<u>72.367</u>	<u>(115.931)</u>	<u>29.229</u>	<u>(135.040)</u>
Circulante	68.920	(71.753)	3.136	(85.951)
Não circulante	3.447	(44.178)	26.093	(49.089)

	Notas de débito (ii)		Adiantamento a fornecedores (vi)		Mútuos (iii)		Conta Corrente (iv)		Cessão de crédito (v)		Total
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
Ativo											
Controladas											
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	–	112	–	–	–	–	–	–	–	–	112
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	59.961
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.797
Precon Goiás Industrial Ltda.	6	7	20	23	–	–	–	–	–	–	26
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	468	2.817	24	7.246	–	–	–	–	–	–	3.770
Garni	937	–	755	15	–	–	–	–	–	–	1.692
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	54	4.055	2.482	–	–	–	–	–	–	–	1.980
Total controladas	<u>1.465</u>	<u>2.936</u>	<u>5.271</u>	<u>9.766</u>	<u>2.380</u>	<u>–</u>	<u>496</u>	<u>1.310</u>	<u>10.143</u>	<u>59.691</u>	<u>1.980</u>

(i) Referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (fibra sintética) e ou produtos acabados e prestação de serviços e ou contratos de locação, eliminados nas informações contábeis consolidadas da Companhia. (ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas corporativas sem vencimento predefinido e sem incidência de juros. (iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem Imposto sobre Operações Financeiras – IOF, IRRF e variação de 100% e 122% a.a. do CDI, com prazo de amortização de 24 meses a partir da data do adiantamento, renováveis por mais 24 meses. (iv) Referem-se a valores transferidos à controlada Atena e Cordoba responsáveis pela administração e pagamento de fornecedores do Grupo e dação de imóveis em cumprimento do plano de recuperação judicial. (v) Cessão de crédito celebrada em dezembro/2018, sem vencimento predefinido e sem incidência de juros. (vi) Refere-se a compra antecipada de insumo para a produção de polipropileno. As transações entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes. A seguir estão demonstradas essas transações até 31/12/2020.

	Despesas administrativas		Outras despesas		Juros sobre mútuo		Juros sobre receita	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Resultado								
Controladas								
Atena Consultoria e Participações Ltda.	–	–	–	–	(135)	–	–	–
Cordoba Consultoria e Participações Ltda.	–	–	–	–	(445)	(111)	–	–
Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda.	–	–	(91.996)	(36.697)	–	–	–	–
Precon Goiás Industrial Ltda.	–	–	1.803	(351)	(468)	–	–	–
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	–	–	(5)	(8)	–	–	–	–
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.	–	–	–	–	–	–	–	269
Prel Empreendimentos e Participações Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–
Sama S.A.	–	–	(1.276)	–	–	–	(1.202)	(1.585)
Tégula Soluções para Telhados Ltda.	–	–	(55)	–	–	–	–	61
Total	<u>55</u>	<u>1.948</u>	<u>(93.686)</u>	<u>(37.165)</u>	<u>(1.050)</u>	<u>(111)</u>	<u>(2.287)</u>	<u>(2.629)</u>

A Remuneração do pessoal-chave da Administração – O Grupo reconheceu as despesas com remuneração e benefícios de curto e longo prazo do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários, honorários e benefícios	4.610	5.540	4.610	5.540
Encargos sociais	839	1.159	839	1.159
Bônus (*)	905	1.977	905	1.977
Benefício pós-emprego	271	238	271	238
	<u>6.625</u>	<u>8.914</u>	<u>6.625</u>	<u>8.914</u>

(*) Valores reclassificados conforme demonstrações financeiras de 30/09/2019.

A remuneração da Administração e Conselho Fiscal é estabelecida pela Assembleia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária e estatuto social da Companhia. Deste modo, foi apresentado e aprovado na AGO realizada em 28/04/2020 o montante global da remuneração anual da Administração e do Conselho Fiscal, fixado em até R\$9.865 para o exercício de 2020 (R\$12.000 para o exercício de 2019). No período findo em 31/12/2020, a posição acionária da Diretoria era de 203.000 ações – ETEK3 (266 ações – ETEK3 no período findo em 31/12/2019), conforme movimentação abaixo:

(i) Imposto de renda retido na fonte, dos anos base 1999 e

(i) Conta garantida vinculada Cessão Fiduciária de Duplicatas celebrada junto ao Banco Sofisa S.A. conforme divulgado em nota explicativa nº 31, incluindo encargos a apropriar. (ii) Do total da dívida bruta de R\$66.388 apresentada no consolidado, R\$40.300 se refere ao Banco da Amazônia, que compõe o saldo da Classe II e R\$26.088 ao Banco Bradesco, Banco Pine e Banco Afia, que compõe o saldo da Classe III, Opção A do plano. Para o saldo da Classe II foi aplicada correção monetária. As liquidações estão previstas conforme nota explicativa nº 1.1. (iii) As taxas foram recuperadas no Plano de Recuperação Judicial.

O Grupo não possui contratos de empréstimos sujeitos a cláusulas restritivas financeiras ("covenants").

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo Inicial em 31/12/2019	47.016	113.574
Captação	29.452	48.556
Amortização	(67.395)	(99.162)
Juros e Encargos	581	3.895
Varição Cambial	–	–
Pagamento de juros e encargos	(327)	(27)
Saldo Final em 31/12/2020	9.327	66.388

	Controladora	Consolidado
Vencimento	150	1.067
2021	200	1.423
2022	200	1.423
2023	200	1.423
2024	200	1.423
A partir de 2025	8.577	61.053
	9.327	66.388

Os pagamentos dos créditos quirográficos seguirão o estabelecido no Plano de Recuperação Judicial.

16 Obrigações com pessoal

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Férias	6.522	6.360	8.201	8.366
Participação nos lucros e resultados	3.829	740	4.755	964
Bônus	3.492	2.163	3.921	2.647
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	485	458	880	742
Instituto nacional do seguro social – INSS (*)	8.643	9.635	10.925	12.748
Outros	5	81	305	157
	22.976	19.437	28.987	25.624
Circulante	15.746	11.773	19.981	15.650
Não circulante	7.230	7.664	9.006	9.974

(*) Em 31/12/2020, o saldo a pagar referente a débitos junto ao INSS, que foram parcelados em até 84 parcelas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e em conformidade com a Lei 11.101/2005, totalizam na controladora R\$8.932, sendo R\$1.358 no passivo circulante e R\$5.574 no passivo não circulante, e no consolidado R\$8.907, sendo R\$300 no passivo circulante e R\$8.607 no passivo não circulante com liquidação final prevista para 2025.

17 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	296	–	319	86
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	298	–	414	1
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (*)	13.503	5.203	15.445	6.380
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	2.931	1.631	2.937	1.632
Imposto sobre o financiamento da seguridade social – COFINS	1.684	3	2.246	530
Programa de integração social – PIS	364	15	480	97
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	755	418	1.065	717
Imposto sobre operações financeiras – IOF	1	9	42	133
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais – CFEM	–	–	224	–
Instituto nacional de seguro social – INSS	78	–	207	–
Imposto sobre qualquer natureza – ISS	43	44	73	62
Parcelamento de tributos (**)	17.133	21.967	49.792	58.597
Outros	87	138	141	100
	37.173	29.428	73.385	86.333
Circulante	21.235	11.716	31.029	19.559
Não circulante	15.938	17.712	42.356	48.774

(*) Contempla Subvenção Governamental de ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais "Produtor" e "Desenvolve" na controladora, "Produtor" na controladora Tégula. (**) Em 31/12/2020, o saldo a pagar referente débitos tributários parcelados, em até 84 parcelas, para Receita Federal da Prata e Secretaria de Estado da Fazenda, em conformidade com a Lei 11.101/2005 e disposições legais das unidades federativas, totalizam na controladora R\$5.442 no passivo circulante e R\$11.220 no passivo não circulante e no consolidado R\$15.622 no passivo circulante e R\$36.668 no passivo não circulante com liquidação prevista até 2025.

18 Provisão para benefício pós-emprego

a) Benefícios futuros de saúde: O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde, contemplando através de plano de assistência médica e de plano de pensão alimentícia vitalícia, concedidos aos ex empregados da controladora Eternit e da controlada Sama. As obrigações com benefícios pós-emprego, foram estabelecidas, através de acordo extrajudicial com por decisão judicial. As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31/12/2020. O impacto referente a remuneração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a R\$6.745 na controladora e R\$12.485 no consolidado. (i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	2020	2019
7,42% Eternit	–	3,87%
7,35% Sama	–	3,00%

(Saúde)

	2020	2019
6,94% Sama	–	6,47%
(Alimentação)	–	3,00%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	–	3,50%
Taxa anual de inflação projetada	–	2,50%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Áging factor real	1,50%	1,50%
Tábua de mortalidade	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

(ii) Passivo dos planos de benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Circulante	2.582	2.622	7.211	7.118
Não circulante	32.378	37.725	84.686	94.486
	34.960	40.347	91.897	101.604

b) Mudanças nas obrigações de benefícios e seus valores presentes definidos do plano em 2020:

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Passivo atuarial líquido no início do exercício	40.347	42.656	101.604	83.305
Custo dos juros e serviços do exercício	3.980	3.651	9.983	17.131
Benefícios pagos	(2.622)	(2.640)	(7.205)	(5.949)
Ájuste de experiência (*)	(6.745)	(3.320)	(12.485)	7.117
Passivo atuarial líquido no final do exercício	34.960	40.347	91.897	101.604

(*) Valor reconhecido em outros resultados abrangentes. (ii) Análise de sensibilidade:

Sensibilidade da taxadé juros sobre as obrigações calculadas

	Aumento	Redução
Real	(0,5%)	(0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	34.960	1.684
Varição	7,92%	6,92%

Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas

	Aumento	Redução
Real	(0,5%)	(0,5%)
Impacto na obrigação com benefício líquida	91.898	4.149
Varição	7,74%	6,74%

c) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora	Consolidado		
2020*	2019*	2020**	2019**	
Dentro dos próximos 12 meses	2.582	2.622	7.211	7.118
Entre 2 e 5 anos	11.182	11.643	30.382	30.762
Após 5 anos	15.227	78.881	39.802	192.371
	28.991	93.146	77.396	230.517

*Projetado até o fim da vida do último beneficiado. **Projetado para os próximos 15 anos. (ii) Plano de implementação de aposentadoria: O Grupo mantém contratado um plano de previdência com por decisão judicial. As premissas e os cálculos foram revisados para o exercício findo em 31/12/2020. O impacto referente a remuneração dos planos reconhecido na demonstração de outros resultados abrangentes corresponde a R\$6.745 na controladora e R\$12.485 no consolidado. (i) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Adiantamento de clientes (i)	12.241	2.296	13.317	3.509
Comissões no mercado interno (ii)	10.110	3.730	11.329	3.910
Comissão no mercado externo (iii)	–	–	1.634	1.111
Provisão para destinação resíduos (iii)	5.855	6.301	5.855	6.301
Provisão para garantia	79	481	172	591
Fretes a pagar	–	(48)	3.398	2.291
Colcerâmica – Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (iv)	7.210	7.210	50.004	50.004
Outras contas a pagar (v)	1.480	2.169	12.739	6.006
	36.976	22.139	98.448	74.623
Circulante	36.909	22.139	98.382	74.623
Não circulante	66	–	66	–

(i) Aumento na condição de vendas com recebimento antecipado por conta do aquecimento no mercado da construção civil. (ii) Comissões pagas a representantes no negócio de fibrocimento e exportação do mineral crisotila. (iii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o mineral crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou de velas contendo. (iv) Em decorrência do evento da recuperação judicial do Grupo Eternit, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras no exercício de 2018. Tais valores devidos pela CSC eram garantidos parcialmente pela Colcerâmica. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao valor devido pela participação da Colcerâmica na CSC. Neste sentido, a Colcerâmica se tornou credora da CSC, standando, portanto, do Quadro Geral de Creditores do Plano de Recuperação Judicial homologado em 11/06/2019. (v) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

19 Outros passivos

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Adiantamento de clientes (i)	12.241	2.296	13.317	3.509
Comissões no mercado interno (ii)	10.110	3.730	11.329	3.910
Comissão no mercado externo (iii)	–	–	1.634	1.111
Provisão para destinação resíduos (iii)	5.855	6.301	5.855	6.301
Provisão para garantia	79	481	172	591
Fretes a pagar	–	(48)	3.398	2.291
Colcerâmica – Companhia Colombiana de Cerâmica S.A.S (iv)	7.210	7.210	50.004	50.004
Outras contas a pagar (v)	1.480	2.169	12.739	6.006
	36.976	22.139	98.448	74.623
Circulante	36.909	22.139	98.382	74.623
Não circulante	66	–	66	–

(i) Aumento na condição de vendas com recebimento antecipado por conta do aquecimento no mercado da construção civil. (ii) Comissões pagas a representantes no negócio de fibrocimento e exportação do mineral crisotila. (iii) Provisão para a destinação de resíduos de telhas contendo o mineral crisotila em sua composição originados do processo de quebra ou de velas contendo. (iv) Em decorrência do evento da recuperação judicial do Grupo Eternit, os valores devidos pela controlada CSC foram antecipados e executados por instituições financeiras no exercício de 2018. Tais valores devidos pela CSC eram garantidos parcialmente pela Colcerâmica. Adicionalmente, as instituições financeiras executaram a garantia em montante excedente ao valor devido pela participação da Colcerâmica na CSC. Neste sentido, a Colcerâmica se tornou credora da CSC, standando, portanto, do Quadro Geral de Creditores do Plano de Recuperação Judicial homologado em 11/06/2019. (v) Referem-se substancialmente a provisão para serviços prestados.

20 Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas

O Grupo Eternit possui diversos processos judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista que se encontram em discussão em diferentes esferas jurídicas. A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente e representa, a melhor estimativa provável de desembolso futuro do Grupo, com base nas informações disponíveis até a data de publicação destas informações contábeis:

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Processos trabalhistas	45.198	44.952	53.753	58.616
Processos civis	4.275	3.978	9.351	9.089
Processos tributários	13.022	12.455	18.915	18.915
	62.495	61.385	81.613	86.620

As movimentações na provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Saldo em 31/12/2018	48.645	4.200	14.373	67.218
Adições	6.217	206	1.716	8.139
Reversões	(8.982)	(405)	(3.634)	(13.021)
Baixas	(928)	(23)	–	(951)
Saldo em 31/12/2019	44.952	3.978	12.455	61.385
Saldo em 31/12/2019	44.952	3.978	12.455	61.385
Adições	3.100	(61)	689	1.158
Reversões	(589)	(80)	(90)	(759)
Baixas	(2.265)	(24)	–	(2.289)
Saldo em 31/12/2020	45.198	4.275	13.022	62.495

	Controladora	Consolidado		
2020	2019	2020	2019	
Saldo em 31/12/2018	62.477	11.317	40.559	114.353
Adições	(8.070)	1.098	5.926	15.994
Reversões	(61)	(24)	–	(865)
Baixas	(11.006)	(3.703)	(28.263)	(42.972)
Incorporação	(3.100)	–	693	1.130
Saldo em 31/12/2019	58.616	9.089	18.915	86.620
Saldo em 31/12/2019	58.616	9.089	18.915	86.620
Adições	4.218	451	676	5.345
Reversões	(773)	(166)	(23)	(1.090)
Baixas	(8.301)	–	–	(8.323)
Transferências	(1)	–	–	–
Saldo em 31/12/2020	53.753	9.351	18.509	81.613

(i) Na área trabalhista e civil, as principais provisões englobam: a) Indenizações que incluem dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de: (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias; entre outras. b) Ação Civil Pública ajuizada em 2013 perante a Vara do Trabalho de São Paulo pelo Ministério Público do Trabalho contra o Grupo. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional da antiga unidade industrial localizada na cidade de Osasco, Estado de São Paulo cujas atividades foram encerradas no início dos anos 90. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, outra Ação Civil Pública ajuizada pela ABREA, também Vara do Trabalho de São Paulo, a qual houve, por determinação judicial, a união das duas ações. Os pedidos visam o pagamento de indenização por dano moral coletivo, danos individuais, entre outros. Ambas ações, em 01/03/2016, foram julgadas em primeira instância parcialmente procedentes. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional do Trabalho reformado em parte a decisão de 1ª instância. Os termos mais significativos são as exclusões das seguintes condenações: (i) indenização por danos morais coletivos no valor de R\$100 milhões; (ii) indenização por danos morais no valor de R\$ 50 mil em valor de cada ex-colaborador não diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto; (iii) todo e qualquer discussão acerca de familiares de ex-colaboradores; Foram reduzidas as seguintes condenações: Danos morais e danos existenciais fixados em valor de cada ex-colaborador já diagnosticado com doenças relacionadas ao amianto para R\$100 mil e R\$50 mil, respectivamente; danos morais fixados em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após o ajuizamento das ações para R\$100 mil. Foi mantida a seguinte condenação: assistência médica integral para os ex-colaboradores diagnosticados com doenças relacionadas ao amianto. Contra esta decisão foi apresentado Recurso ao TST, tendo sido negado. A Companhia interps agravo de instrumento que foi provido para apreciação do recurso de revista pelo TST. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e como resultado a administração do Grupo reconheceu provisão para riscos, em exercícios anteriores, no montante de R\$21.110. Foi apresentado recurso ao TST, ainda pendente de julgamento. c) Em 2014, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$1 bilhão. Parte da decisão em primeira instância foi considerada como perda provável pelos assessores jurídicos do Grupo e constituída provisão no montante de R\$ 800 mil. O Grupo apresentou recurso contra a decisão de 1ª instância, tendo o Tribunal Regional Federal condenado o Grupo no valor de R\$50 milhões a título de dano moral coletivo entre outros. O Grupo apresentou recurso contra a decisão perante o TST, tendo sido inadmitido o recurso. Desta decisão o Grupo interps agravo de instrumento, tendo sido admitido o recurso em parte. Foram opostos embargos de declaração pelo MPT, tendo sido rejeitados. Foi confirmado pelo TST o recebimento em parte do recurso do Grupo, tendo sido concedido efeito suspensivo. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho, tendo sido julgada parcialmente procedente em parte dos pedidos de indenização que se encontram pendente de julgamento. Parte desta decisão foi considerada como provável no que diz respeito à obrigação de custear assistência médica a quem demonstrar portar doença relacionada ao amianto e possível o risco da condenação à obrigação de custear assistência médica a todos os ex empregados independentemente de prova de doença relativa ao amianto. d) Ação Civil Pública consumerista no montante de R\$3.400, na qual a Administração do Grupo reconheceu provisão pelo mesmo montante em exercícios anteriores, ajuizada pelo Ministério Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro, visando a proibição da comercialização e fabricação dos produtos que contemham amianto em sua composição no estado do Rio de Janeiro. (ii) Na área tributária as principais provisões englobam: a) Cobrança de débito fiscal por supostas diferenças nos valores recolhidos ou creditados a título de ICMS; b) Diferença de aliquota por recolhimento por definitivo e em favor do Espólio de cada ex-colaborador falecido após a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível: Em 31/12/2020, existiam reclamações trabalhistas, processos civis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com probabilidade de perda possível e que podem ser mensurados convencionalmente, no montante consolidado de R\$ 60.262. (R\$ 111.292 em 31/12/2019), e portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos. Adicionalmente, tramitam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos como possível e onde valores não são mensuráveis até a presente data das demonstrações financeiras: a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental, b) Ação em Pública e de saúde popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial construída pela GAMA. c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo. d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações foram julgadas parcialmente procedentes, para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou a utilização do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 17/11/2020, foram julgados improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpsurgiu Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MP apresentou recurso ordinário, pendente de julgamento. e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$225 milhões. A Ação em Pública e de saúde popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial construída pela GAMA. c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores jurídicos do Grupo. d) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho do Estado do Paraná. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$85 milhões. Paralelamente a esta ação, foi distribuída por dependência, pela ABREA outra Ação Civil Pública na mesma Vara do Trabalho. Ambas as ações foram julgadas parcialmente procedentes, para impor a Eternit que deixe de utilizar o amianto crisotila em sua atividade empresarial. Cabe ressaltar que o Grupo descontinuou a utilização do amianto crisotila como matéria-prima na produção da fábrica do Paraná desde novembro de 2017. Conforme Fato Relevante divulgado em 17/11/2020, foram julgados improcedentes as indenizações a títulos de dano moral coletivo no valor de R\$ 85 milhões. O MPT apresentou recurso ordinário que não foi conhecido. Interpsurgiu Agravo de instrumento em razão do não conhecimento do recurso, o qual foi julgado procedente para devolver os autos à primeira instância para análise dos embargos de declaração opostos pelo MPT. Em março de 2020 referidos embargos de declaração foram rejeitados e o MP apresentou recurso ordinário, pendente de julgamento. e) Em 2017, foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho Ação Civil Pública contra o Grupo perante a Vara do Trabalho da Bahia. Nesta ação são discutidos assuntos referentes ao ambiente de trabalho e saúde ocupacional, além do pedido de indenização a título de danos morais coletivos no valor de R\$225 milhões. A Ação em Pública e de saúde popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial construída pela GAMA. c) Partes da decisão julgada em segunda instância do processo mencionado no item "b", desta nota foram consideradas como perda possível pelos assessores juríd

32 Provisão de reestruturação e desmobilização

Em 2016, o Grupo iniciou um processo de reestruturação em suas unidades de negócios com foco na recuperação da rentabilidade, redução de custos operacionais e encerramento de atividades de plantas deficitárias da controlada Tégula. No exercício de 2020, não houveram movimentações.

	Consolidado	
	2020	2019
Perda estimada na recuperabilidade de ativo das unidades desativadas Tégula	10.376	10.376
Total de ajuste com perda na recuperabilidade e provisão de reestruturação	10.376	10.376

33 Subvenções governamentais

O Grupo possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. No período findo em 31/12/2020, os valores das subvenções governamentais totalizaram R\$13.055 (R\$9.055 em 31/12/2019), conforme descritos a seguir: a) Agência de Fomento Goiás S.A. empresa

do Estado de Goiás – Fomentar. No período findo em 31/12/2020 não houve apropriação de valores sobre esse benefício. (R\$665 em 31/12/2019). b) Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir. No período findo em 31/12/2020 foi utilizado o montante de R\$1.045 (R\$895 em 31/12/2019). c) Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolver. No período findo em 31/12/2020, o valor do benefício totalizou R\$4.819 (R\$1.131 em 31/12/2019). d) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Estimulo. No período findo em 31/12/2020 foi utilizado o montante de R\$5.875 (R\$6.870 em 31/12/2019). e) Zona Franca de Manaus – Incentivo – Crédito Presumido. No período findo em 31/12/2020, foi utilizado o montante de R\$3.958(R\$3.494 em 31/12/2019).

34 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

O Grupo realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento que não afetaram caixa e equivalentes de caixa, e essas atividades não foram incluídas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Aporte de capital x compensações partes relacionadas	81.304	-	-	-
Amortização partes relacionada mútuos ativo x partes relacionadas mútuos passivo	6.843	(13.457)	-	-
Amortização desconto de duplicatas	(66.291)	-	(97.866)	-
Imposto de renda retidos sobre mútuo	(305)	110	-	-
	<u>21.551</u>	<u>(13.347)</u>	<u>(97.866)</u>	<u>-</u>

que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos e quanto à definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; • Avaliação dos critérios de definição e identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC); • Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definições e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a potenciais riscos relacionados a processos tributários, cíveis e trabalhistas. Devido ao fato de que a avaliação quanto à necessidade ou não de reconhecimento de provisão inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos sobre a probabilidade de perda financeira, assim como, pelo fato de que a divulgação de eventual perda possível está associada a possibilidade de mensuração confiável dela, esse tema foi considerado como um assunto significativo em nossa auditoria. As ações mencionadas como eventos operacionais relevantes na Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão mencionadas em nosso parágrafo de ênfase.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Discussão com a Administração e o departamento jurídico da Companhia a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; • Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas; • Reconciliação das informações recebidas dos consultores jurídicos externos com a posição do departamento jurídico utilizada como base para constituição das provisões contábeis e divulgação nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas; • Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os principais riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento e mensuração das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, bem como as referidas divulgações na Nota Explicativa nº20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por estarem consistentes com os controles internos e com a documentação suporte mantida pela Companhia, incluindo a posição dos assessores jurídicos.

Créditos tributários federais originados de processos judiciais transitado em julgado: Conforme divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas obtiveram o trânsito em julgado do processo que determinou a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Dada a complexidade do assunto, o julgamento significativo relacionado ao período de reconhecimento, critério adotado pela Administração para mensuração dos valores a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras e ao prazo estimado de realização, consideramos a avaliação do reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação desses créditos tributários federais como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram: • Envolvimento de especialistas tributários para revisão e análise processual e metodologia de cálculo; • teste amostral de documentação suporte utilizada na apuração dos créditos fiscais; • Obtenção de confirmações formais dos assessores jurídicos externos da Companhia; • Revisão da divulgação realizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

35 Eventos subsequentes

Em decisão proferida no dia 20/01/21 e publicada em 26/01/21, foi homologado a arre-matação da UPI Louças Sanitárias (CSC) para a Roca Sanitários Brasil pelo valor de R\$ 102

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcelo Gasparino da Silva – Presidente do Conselho de Administração	Louise Barsi Marcelo Munhoz Auricchio	Olivier Colas Paulo Roberto Oliveira Andrade
--	--	---

DIRETORIA

Luis Augusto Barcelos Barbosa – Presidente da Diretoria	Vitor Mallmann	Anderson Rebeque CRC nº 1SP 289263/O-0
Rodrigo Angelo Inácio		

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão aptos.

Paulo Henrique Z. Funchal	São Paulo, 02 de março de 2021. Wilfredo João Vicente Gomes	João Vicente Silva Machado
----------------------------------	--	-----------------------------------

Parecer do Conselho Fiscal

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem aceitáveis os critérios e as premissas adotados pela Administração no reconhecimento e mensuração dos créditos tributários federais, bem como as referidas divulgações nas notas explicativas nº6, por fornecerem uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, individual e consolidada, estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 25 de março de 2020 contendo ressalva sobre insuficiência de provisão para perdas estimadas por não recuperação de ativos (“*impairment*”) e parágrafo de incertezas relevantes com a continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, inde-

milhões. A Companhia aguarda a liberação dos recursos depositados em Juízo, que serão destinados ao pagamento de credores concursais da Classe III na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo.

CONTADOR

Louise Barsi Marcelo Munhoz Auricchio	Olivier Colas Paulo Roberto Oliveira Andrade
--	---

DIRETORIA

Luis Augusto Barcelos Barbosa – Presidente da Diretoria	Vitor Mallmann	Anderson Rebeque CRC nº 1SP 289263/O-0
Rodrigo Angelo Inácio		

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eternit S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Eternit S/A. – em Recuperação Judicial, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, sem ressalvas. Diante disso, bem como das informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão aptos.

Paulo Henrique Z. Funchal	São Paulo, 02 de março de 2021. Wilfredo João Vicente Gomes	João Vicente Silva Machado
----------------------------------	--	-----------------------------------

pendentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2SP 013.846/O-1

Jairo da Rocha Soares – Contador

CRC 1SP 120.459/O-6

